



Jovens trabalham “como escravos” na hotelaria e turismo

Precariedade “Muitos bares e restaurantes não pagam os salários, atrasando dois e três meses e criando em simultâneo condições de pressão e assédio moral”, alerta sindicato

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro denunciou, em comunicado, o “aumento dos problemas da precariedade e trabalho não declarado e clandestino” que vivem, “na sua maioria, jovens obrigados a fazer 12, 13 e 14 horas diárias como escravos, porque, por vezes dormem, em pequenas fracções cedidas pelo patrão, que não lhe paga o salário”.

Segundo um balanço feito da actual época de Verão, os problemas “voltaram a aumentar, prejudicando a qualidade do serviço prestado e criando uma desenfreada concorrência desleal entre os patrões do sector, ao nível dos preços praticados”.

Aliás, no passado dia 26 de Julho, a direcção do sindicato alertou “para o que sempre acontece no período de Verão, no sector da restauração e hotelaria da região Centro”, considerando que o agravamento da situação laboral volta a acontecer “num momento em que o sector ainda cresce acima do que já são grandes resultados em consideração com os de anos anteriores”.

De acordo com o mesmo comunicado, “muitos bares e restaurantes não pagam os salários, atrasando dois e três meses e criando em simultâneo condições de pressão e assédio moral, para que o trabalhador se despeça, ficando por receber os salários, só o conseguindo indo pela via judicial”.

O sindicato refere-se a “muitos casos de não declaração do trabalhador à Segurança Social



Problemas “voltaram a aumentar” neste Verão, diz sindicato

(mas imposto pelo patrão, omitindo ao trabalhador essa situação e retardando dois e três meses a assinatura de um contrato”. Além disso, “muitos trabalhadores nem chegam a assinar contrato, juridicamente estão como se ali não tivessem trabalhado e só o recurso a testemunhas exteriores, clientes, por exemplo, poderá disso fazer prova em sua defesa”.

É uma situação de “vulnerabilidade social” a “da grande maioria destes trabalhadores”, designadamente, jovens deslo-

cados “das suas famílias e muitos deles emigrantes, sem dinheiro para pagar o alojamento e vivendo assim em situações de dependência e condições degradantes”.

As situações são denunciadas à Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), mas o sindicato discorda do argumento daquele organismo de “não poder intervir se o trabalhador deixou de estar na empresa”. Por isso, sugere aos trabalhadores uma deslocação aos serviços da Segurança Social para

solicitarem “o seu extracto de descontos e, na ausência de inscrição por parte da empresa, a apresentação de queixa”.

O sindicato denuncia, ainda, no capítulo da precariedade, o “recurso abusivo e ilegal a empresas de serviços extra, cujos trabalhadores, para além de não possuírem a formação necessária para exercer funções no sector, também são explorados e mal remunerados, com maior incidência nos hotéis e empresas de eventos”. Também denuncia a “utilização

abusiva dos jovens formandos em estágios profissionais, colocados a exercer funções sozinhos nas suas secções, substituindo assim os profissionais necessários e que não são contratados”.

Sindicato refere-se a “muitos casos de não declaração do trabalhador à Segurança Social e a uma “vulnerabilidade social” grande

A Direcção do sindicato apela à ACT, Finanças e à Segurança Social para o cruzamento de dados dos valores salariais declarados pelas entidades patronais e os mínimos contratualizados pela via das negociações dos sindicatos e associações patronais, publicados em Boletim de Trabalho e Emprego. Aquele estrutura sindical espera que a punição não se fique “pela acção preventiva e conciliatória, que apenas resolve o caso momentaneamente, levando o prevaricador a sentir-se compensado, repetindo até ser novamente apanhado”, e quer um “ataque sério à economia informal”.

Trata-se do sector “de maior proliferação da economia informal que não cativa os milhares de jovens que se formam, mas que posteriormente não se fixam nas empresas” devido a “salários de miséria, horários desregulados e extensos e com a ausência de compensação do trabalho ao fim de semana, entre outras razões”. ◀